

Reconfiguração regional e disputa oligárquica no Sudeste brasileiro no final do Império: imigração, ensino agrícola e o projeto de criação da Província do Rio Sapucaí

João Eduardo de Alves Pereira¹

Resumo

O presente artigo apresenta e comenta trechos de um projeto de lei proposto ao Senado do Império, em 1887, de criação de uma nova província entre Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo: a Província do Rio Sapucaí. Politicamente, o projeto tinha como objetivo enfraquecer o crescente poder de polarização da cidade de São Paulo e da força de setores republicanos lá radicados. Tratava ainda de outros relevantes aspectos, questões e elementos do ambiente institucional, político e econômico da década de 1880, a exemplo do arcaísmo das classes dominantes do país e do caráter extensivo de sua economia agrária, o que retardava a implantação de inovações agrônômicas verificadas em outros países, àquela época.

Palavras-chave: Brasil; império; república; economia regional; poder oligárquico; território; força de trabalho; escravatura; imigração; inovações; cultura; ciência; ensino; cafeicultura e viticultura.

Abstract

This article presents and comments on excerpts from a bill proposed to the Senate of the Empire in 1887 to create a new province between Rio de Janeiro, Minas Gerais and São Paulo: *The Sapucaí River Province*. Politically, the project was aimed at weakening the growing power of polarization in the city of São Paulo and the strength of republican sectors there. It also dealt with other relevant aspects, questions and elements of the institutional, political and economic environment of the 1880s, such as the archaism of the dominant classes of the country and the extensive character of its agrarian economy, which delayed the implantation of agronomic innovations verified in other countries, at that time.

Keywords: Brazil; empire; republic; regional economy; oligarchic power; territory; workforce; slavery; immigration; innovations; culture; science; teaching; coffee cultivation and viticulture.

¹ Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFRJ. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: je.alvespereira@gmail.com

Introdução

No final dos anos 1980, tive a oportunidade e a honra de conhecer na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, o seu presidente, professor doutor Arno Wehling. Naquela altura, dava andamento ao meu projeto de pesquisa para a redação de minha dissertação de mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Minha pesquisa tinha, como centralidade, o desenvolvimento de atividades tecnologicamente avançadas em duas cidades do Sul de Minas Gerais: Itajubá e Santa Rita do Sapucaí.²

No ambiente de baixo crescimento econômico e de forte redução de capacidade de investimento do Estado brasileiro dos anos 1980, aquelas cidades se destacavam pela implantação de pequenas e médias empresas (PME's) bastante dinâmicas, muitas das quais originadas de projetos de incubação em duas instituições de ensino universitário que, a propósito, foram pioneiras na introdução de cursos de engenharias elétrica e eletrônica no país: a EFEI (Escola Federal de Engenharia de Itajubá), hoje, denominada Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI); e, o INATEL (Instituto Nacional de Telecomunicações) de Santa Rita do Sapucaí.

Essas duas cidades do Vale do Rio Sapucaí, separadas por uma distância de cerca de 50 km, procuravam ser conhecidas nacionalmente como o “Vale da Eletrônica”, numa alusão clara ao “Vale do Silício” norte-americano. Logo às primeiras entrevistas e trabalhos de campo, evidenciou-se que o desenvolvimento de Itajubá e Santa Rita do Sapucaí não poderia ser bem analisado, sem que se compreendessem as articulações e relações históricas, econômicas e políticas do Sul de Minas com o Vale do Paraíba do Sul.

No caso do segmento eletrônico, eram, sem dúvida, fortes as ligações com a indústria aeronáutica e bélica, que se implantara, em São José dos Campos, e em outras cidades vale-paraibanas, na segunda metade do século XX.

Com o objetivo e bem entender as associações e relações históricas entre os Vales do Sapucaí e do Paraíba do Sul, recorri ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e ao seu incomparável acervo sobre o Brasil. O Professor Arno Wehling, com atenção e generosidade, fez-me, então, indicações de obras e documentos diversos disponíveis no IHGB acerca do Sul de Minas Gerais e do Vale do Paraíba do Sul, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Entre os documentos pesquisados, chamaram-me a atenção os originais de projetos enviados aos governos imperial e provinciais, que demandavam concessões para a construção de ferrovias, navegação fluvial e colonização/imigração. Em suas memórias descritivas, ou seja, na apresentação de motivos e justificativas, esses projetos apresentavam dados, informações e aspectos da vida local/regional. No caso do Sul de Minas, foi possível identificar certa cultura aberta a inovações

² Dissertação defendida, em março de 1992, sob orientação da Professora Bertha K. Becker no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRJ), sob o título: *Itajubá e Santa Rita do Sapucaí: a estruturação de um polo científico-tecnológico no Sul de Minas Gerais*.

técnicas, já no século XIX. Entre os documentos pesquisados, estava o *Projeto de Lei Para a Criação da Província do Rio Sapucaí*, proposto, em 1887, ao Senado do Império, pelo Senador paulista Joaquim Floriano de Godoy (1826-1907)³

Nesta obra que homenageia o Acadêmico Arno Wehling, sua importante produção científica e sua relevante trajetória como Historiador, Educador, Jurista e membro da Academia Brasileira de Letras, este artigo intenta comentar trechos selecionados do projeto original do Senador Godoy, que permitem ilustrar elementos do ambiente institucional, político e econômico da década de 1880, e do final do Império, como: a permanência de arcaísmos das classes dominantes do país: o caráter extensivo da economia agrária, que retardava a introdução de novos produtos e novos processos de produção baseados nos avanços das ciências agrônômicas verificados no exterior, à época; a questão da substituição do trabalho escravo; a disputa entre Províncias do Império e, ainda, entre o Brasil e os vizinhos do Prata, pela atração do maior número possível de imigrantes não-ibéricos; e as dificuldades crescentes do Império para manter o unitarismo, diante do fortalecimento de elites locais/regionais, que pleiteavam, inclusive com o recurso às retóricas republicana e separatista, medidas de descentralização político-administrativa com maior autonomia fiscal em relação à Corte, enfim, algo que apontasse na direção de uma forma federalista de Estado.

A Província do Rio Sapucaí: justificativas e objetivos políticos e regionais.

O projeto para a criação da Província do Rio Sapucaí propunha, como base territorial da pretendida unidade político-administrativa do Império, reunir as regiões mineiras do Sul e do Triângulo, bem como a seção paulista do Vale do Paraíba do Sul e o litoral norte de São Paulo. Com previsão de capital em Taubaté, o projeto visava ao enfraquecimento do poder de polarização da cidade de São Paulo e da força política de seus setores republicanos, os quais, por sua vez, estavam associados a interesses da Estrada de Ferro Inglesa (criada por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, inaugurada em 1867), em continuar a controlar e monopolizar o movimento de pessoas e cargas entre o porto de Santos e São Paulo-Jundiaí, ou seja, o único corredor de exportações e importações entre o litoral e a “terra roxa” do Planalto Paulista e seus novos cafezais.

A proposta da nova Província foi objeto de duras críticas por parte da imprensa paulista e dos políticos em geral. A oposição ao projeto redundou em fortes ataques pessoais ao Senador Godoy. Para se defender, ele publicou, em 1888, o projeto em livro, com mais de 200 páginas, nas quais fazia a defesa de sua iniciativa e apresentava os benefícios que a criação da nova Província poderia propiciar ao país.⁴

³ Joaquim Floriano de Godoy (1826-1907), médico formado no Rio de Janeiro, em 1852. Foi Deputado

Geral entre 1869 e 1872. Exerceu a presidência da Província de Minas Gerais, no período de 1872 a 1873. Deste ano até a Proclamação da República, em 1889, exerceu o cargo de Senador do Império. No Parlamento Imperial preocupava-se em representar os interesses do Sul de Minas e também do Norte de São Paulo.

⁴ GODOY, Joaquim Floriano de. *Projecto de Lei para Creação da Província do Rio Sapucahy*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert & C., 1888, 261 p. Disponível na Biblioteca do IHGB. Pode, também, ser consultado, em sua versão digitalizada pelo Senado Federal, no site: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242530>

Em uma consulta ao texto do projeto, percebe-se, de pronto, que a iniciativa, uma vez aprovada, promoveria expressivas mudanças na organização agrária do Vale do Paraíba, principalmente a reversão do quadro, já então evidente, de decadência frente à fronteira do Oeste Paulista, nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto. A pretendida reorganização produtiva no Paraíba do Sul envolveria a introdução da policultura, com base na implantação do cultivo de videiras e da consequente produção de vinhos por imigrantes italianos. Para tanto, projetava-se a utilização da mão de obra existente nas grandes lavouras de café ainda existentes, pois, considerando as sazonalidades da uva e do café, haveria complementaridade entre as duas culturas.

É pertinente salientar que o Vale do Paraíba se encontrava, naquela altura, em decorrência da Abolição, passando por crescente escassez de força de trabalho, não somente em razão da evasão de libertos, mas, também, pela atração de mão de obra consequente da abertura e expansão da fronteira agrícola, em São Paulo, e em outras áreas do Sudeste brasileiro, no final do século XIX.

O projeto do senador Godoy indicava uma significativa reestruturação do território produtivo no Vale do Paraíba do Sul. Cabe registrar que o conceito de território produtivo parte do princípio de que uma determinada região só alcança a especialização produtiva, quando toda uma série de relações econômicas, sociais, jurídico-políticas, tecnológicas, ambientais e culturais se desenvolve. Portanto, para o Vale do Paraíba do Sul, cafeeiro e escravocrata, fugir à decadência então vislumbrada, seria necessário mudar sua cultura produtiva regional, o que demandaria a fundação de escolas de agricultura. Isto, sem dúvida, era algo revolucionário para um país, que mesmo sendo agrário-exportador, continuava, naquela altura, a se pautar por métodos extensivos e arcaicos de produção, que requeriam incorporação constante de mais terras virgens, para expandir a fronteira agrícola. Percebe-se, hoje, que o Brasil precisava, naquele momento – e continua precisando, com urgência – do desenvolvimento e assimilação de novos cultivos e técnicas mais modernas. Incompreendido, o Senador foi severamente criticado e mesmo ridicularizado por parcela significativa de seus pares no Parlamento. Ele justificava seu projeto chamando a atenção para o seguinte:

Para que a nova província do Rio Sapucaí caminhe, desenvolva-se e multiplique as riquezas públicas e particulares, basta que se rompam os laços que hoje prendem as duas regiões (Triângulo e Sul Mineiros e Norte Paulista) a suas capitais atuais; laços estes que vão lenta e calculadamente asfixiando, usufruindo-as, entretanto, os centros administrativos em proveito e benefício unicamente das zonas chamadas ricas, como sejam o Sul e o Oeste de São Paulo e a Mata de Minas; entregando aquelas ao mais deplorável e condenado abandono...⁵

⁵ GODOY, op. cit. p. 14.

Com relação ao Sul de Minas e ao Triângulo Mineiro, a nova Província poderia trazer o compromisso de ataque a um de seus principais problemas logísticos, ou seja, a deficiente malha de transportes, os caminhos toscos e as rudimentares picadas, só transitáveis pela destreza e ousadia de carreteiros e tropeiros experientes. Era preciso modernizar a estrutura de transportes, construindo ferrovias, cujos traçados potencializassem o crescimento da economia das cidades e suas relações com o Rio de Janeiro, então centro político e maior mercado consumidor do país.

Seguindo a linha justificativa de seu projeto, Godoy afirmava:

“Sejam construídas estradas de ferro, que abranjam todas as zonas sul-mineiras, e ver-se-á a direção mental de seus habitantes tomar um rumo novo, povoando suas terras com o imigrante, fundando grandes estabelecimentos industriais já por eles exercidos em pequena escala [...] Nesta questão de um bom traçado de estrada de ferro para o Sul de Minas está envolvida outra de não menor importância. Refiro-me à da alimentação pública da Capital do Império [...] Quase todo o gado consumido nesta Corte é fornecido pelo Vale do Rio Paranaíba, quer na margem goiana, quer na mineira; e, seria um despropósito conduzi-lo dali nos carros da (ferrovia) Mogiana com percurso de 1.385 km; e, muito menos embarcá-lo em Santos [...] O objetivo do Sul de Minas não é o acanhado porto de Santos, é sim a cidade do Rio de Janeiro, a grande capital do Império, o centro de luz que irradia clarões civilizadores aos mais remotos confins do Brasil. Para que, pois, contrariar a natureza das coisas?”⁶

Neste contexto, pode-se inferir que o projeto de Godoy, de fato, além das justificativas econômicas, apresentava, também, claro objetivo político, qual seja, o esvaziamento do corredor Santos - São Paulo/Jundiaí, em que se desenvolvera, desde a década de 1870, uma forte retórica republicana de viés separatista, consubstanciada no movimento denominado “Pátria Paulista”. O fortalecimento da cidade de São Paulo se fazia, na visão de Godoy, por intermédio de sua centralização política e administrativa, em detrimento do Vale do Paraíba Paulista, que ficava cada vez mais incapaz de concorrer com as novas regiões cafeeiras conformadas em Ribeirão Preto e Campinas.

...A (região) do Norte tem sua saída para Ubatuba, e ao Centro para Santos e a do Sul para Iguape. A política centralizadora da Capital da Província tem, porém, esquecido a formação natural das coisas e das coisas e adotado medidas artificiais que forçam violentamente as duas regiões do Sul e do Norte (de São Paulo) a serem tributárias a Santos, isto com enorme gravame do seu desenvolvimento agrícola e comercial.⁷

⁶ Op. cit. p. 36-39

⁷ *Ibidem*, p. 215

Reforçando a questão da centralização em torno de São Paulo e de Santos, Godoy registrava o seguinte às páginas 214.

Se o Norte não tem progredido tão rapidamente como aquelas regiões (da fronteira oeste), a culpa não cai de cheio sobre a infertilidade de seu solo ou incapacidade de seu povo, mas sim sobre o Governo Provincial, cujo apoio prestado às outras partes da província tem sido sistematicamente negado a ele (Norte)

Na passagem acima, é importante destacar a queda da fertilidade dos solos como um dos motivos para a decadência do Vale do Paraíba Paulista. Godoy argumentava que a questão de infertilidade estava relacionada ao caráter extensivo dos expedientes agrícolas, e, também, ao emprego da mão de obra escrava:

...não mais presenciarmos esse desolador espetáculo, que nos apresentam já vários municípios, de terras desnudadas, de cafezais abandonados por imprestáveis, quando é sabido que um cafeeiro pode durar 120 anos, frutificando abundantemente. Extinto o braço escravo, extingue-se a lavoura extensiva, cedendo lugar à lavoura intensiva, para a qual não há terras cansadas.⁸

Sobre a questão relativa à natureza extensiva e intensiva nos regimes agrícolas, continuava Godoy:

Eliminado o braço escravo, a substituição da lavoura extensiva pela intensiva ou científica se impõe como corolário irrecusável (...). Agora, não é perder tempo; é urgente, mesmo aos trambolhões fazer aquilo que já devia estar feito com longa antecedência. O grande e verdadeiro mal de nosso país está no governo dos legistas, no reinado dos legistas, no reinado exclusivo das letras; e, para cúmulo de desgraças, o povo ignorante não percebe a diferença entre as letras e as ciências. Diz-se que o nosso país é essencialmente agrícola, e não temos escolas de agricultura! Só tínhamos a cultura do café (...). Abalado o Rei Café, a mais medonha perspectiva de um inevitável naufrágio financeiro se nos antolha. Só agora, se começa a perceber que uma cultura exclusiva é um imenso perigo social (...). É minha convicção que só e só a diversidade culturas e principalmente da vinha pode-nos dar a imigração em massa com Capitais, fazendo cessar o expediente atual.⁹

Considerando o exposto, Godoy propunha que a imigração fosse vista além de mero instrumento para a substituição de mão de obra. O problema, porém, é que o Vale do Paraíba Paulista não estava sendo privilegiado no recebimento dos imigrantes. O Oeste da Província recebia a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros, contratados por comissários na Europa ao preço de 70\$000 (setenta mil réis) por pessoa. Esta política de atração do imigrante, no entanto, seria, na

⁸ Op. cit. p. 214

⁹ *Ib.* p. 149-150

visão do Senador Godoy, responsável por duas situações indesejáveis: em primeiro lugar, onerava em muito a economia da província com o financiamento público de despesas de vinda e de colocação do imigrante; por outro lado, era incapaz de manter o cidadão estrangeiro e permitir que ele se desenvolvesse e criasse vínculos afetivos e econômicos com o país.

Segundo Godoy, a política de atração migratória enfrentava vários obstáculos:

Com grande dispêndio que tem feito a Província de São Paulo, desde 1882 a 1886, só tem pedido receber, não obstante, 152.768 imigrantes. Que colocação, porém, tem ele dado a esses advindos? Na sua máxima parte, estão empregadas com jornaleiros dos grandes fazendeiros. Ora, com tal sistema apenas consegue a província colocá-los provisoriamente; sujeitá-los ao trabalho para unicamente poderem adquirir meios de logo mais tornarem à mãe-pátria (...) O que dever querer a província é construir o quanto antes a pequena propriedade, para nela o imigrante ser colocado e afinal criar raiz! D'outro modo, ele será considerado substituto do braço escravo, o que de qualquer maneira já é confirmado por essa guerra feroz que na Europa abriu-se contra a imigração para o Brasil, como o confirma a Bélgica, e ainda a França, a mesma Itália e a mesma Alemanha! Logo, sem o imigrante tornar-se proprietário, ainda mesmo nas terras tidas por sáfaras do Norte de São Paulo, o que de definitivo, de produtivo, de simpático contará conseguir a administração da província a este respeito? [...] A província do Rio Grande do Sul confirma o que acabo de expor, desde que se atente apara o seu serviço de imigração (...) Estes imigrantes (que foram para o Rio Grande do Sul) desde o princípio foram proprietários de pequenos lotes de terra, mas nunca braços alugados dos grandes fazendeiros, como acontece em São Paulo (...) O resultado de política de tal ordem é tão nefasto, que chega ao ponto de como está acontecendo a produzir a escassez dos gêneros de primeira necessidade! A miséria tem ampla estrada para percorrer, e ela já se apresenta às portas de riquíssima província (de São Paulo) seguida de seu negro cortejo”...¹⁰

A crença de Godoy no sucesso da introdução da viticultura para a economia do Vale do Paraíba fundamentava-se no significativo incremento das ciências agrônomicas na Europa, sobretudo, na Prússia, ao longo do século XIX. Para o Senador do Império, teria sido o notável incremento de sua produtividade agrícola o fator-chave para que aquele país liderasse o processo de unificação alemã. Existiriam na Prússia cerca de 4.000 sociedades de agricultura, 200 estabelecimentos de instrução agrícola, 80 laboratórios químicos, 200 professores ambulantes especializados, e 400 institutos agrônomicos.

O desenvolvimento da beterraba açucareira seria uma prova inquestionável da capacidade de instrução agrônômica avançada europeia, desferindo um duro golpe à economia da cana de açúcar em todo o mundo, inclusive no Nordeste do Brasil. Segundo Godoy, “ultimamente, o processo científico da difusão veio a dar

¹⁰ Op. cit, p. 139-142

o golpe de graça (na economia do açúcar). Se esse exemplo não serve para guiar os lavradores brasileiros na senda a seguir depois da lei de 13 de Maio, então será preferível entregar suas lavouras a mãos mais inteligentes, porque há incapacidade confessa de reformar-se a vida econômica e social deste país”.¹¹

Por outro lado, Godoy sustentava que era urgente mudar expedientes, hábitos, costumes já enraizados no comportamento de setores das classes dirigentes do país. A *incapacidade confessa*, aludida acima, era verificada também na questão do bacharelismo:

Há muito tempo que penso que o regime de instrução pública superior da velha Faculdade de Direito (do Largo de São Francisco) é de todo incapaz de provar as aspirações deste século. E na verdade; naquela Faculdade a instrução ainda hoje é regulada pela de Coimbra, no ramo do ensino da jurisprudência: portanto, que mais pode ela produzir senão poetas e romancistas, oradores e literatos? O seu curso de matérias preparatórias, ainda também tem a mesma origem, dá-lhe por base, não conhecimentos científicos, mas sim elementos de uma literatura muito aquém dos novos ideais da humanidade.¹²

A Escola de Viticultura teria um custo de implantação estimado em torno de 400 contos de réis, mas, no documento por nós consultado no IHGB, não há registro se esta instituição seria privada ou pública. Entretanto, Godoy ressaltava que a admissão aos quadros discentes se daria nos mesmos moldes da Escola de Minas de Ouro Preto (MG).

A Escola de Viticultura ofereceria ensino técnico, com curso de três anos, com opção de internato. No primeiro ano, seriam ministradas as disciplinas de Física, Química, Botânica e Zoologia. No segundo ano: Química Orgânica, Geologia Aplicada ao Estudo de Solos, Biologia Industrial (criação de tipos diferentes de gado, em escala comercial). No último ano, Viticultura Aprofundada, com estudos de solos, adubos e corretivos químicos, culturas de cereais consorciados, enxertia, parasitologia das vinhas e cafezais, e, higiene veterinária e humana. Continuando sua defesa da necessária e urgente implantação de sua Escola de Viticultura no Vale do Paraíba, o Senador cita, às p. 203/209, trechos extraídos de um jornal paulistano da época, *Diário Popular* (sem especificação de data ou páginas), no qual o médico sanitaria paulista Luiz Pereira Barreto (1840-1923),¹³ que se notabilizara, entre outras realizações na Medicina, no jornalismo e na política, por ter sido então o introdutor de cultivos de uvas em São Paulo, creditava seu apoio à instituição prevista no projeto da Província do Rio Sapucaí:

¹¹ *Ib.* p. 200

¹² *Op. cit.* p. 193

¹³ Dados biográficos e outras informações sobre Luiz Pereira Barreto, podem ser obtidas no site: <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/1/BIOGRAFIA-LUIZ-PEREIRA-BARRETO.pdf>

... O cafeeiro não tem literatura, não tem tradições históricas, partindo do berço da civilização, não fala ao coração, não apaga saudades, não atrai, portanto, o imigrante. O colono não o aceita, senão sob pressão da penúria e provisoriamente, como o sentem atualmente nossos estoicos fazendeiros. Entretanto, a lavoura do café é plenamente aceitável para o imigrante, do momento em que se apresente abrandada, mitigada, largamente diluída pela vizinhança imediata da vinha (...) A lavoura do café não poderá ser normal, os nossos fazendeiros não terão pleno sossego de espírito, enquanto não puderem contar com uma grande reserva certa de braços disponíveis para as colheitas (...) Fazendas há, que ficam sem serviço em certas quadras do ano. Entretanto, a grande maioria dos fazendeiros se vê obrigada a entreter, durante o ano inteiro um pessoal de serviço muito superior às necessidades, só para não terem falta de braços na colheita [...] Ora, a lavoura da vinha em grande escala vem dar ao problema a mais eficaz e radical solução, colocando a todos em um estado plenamente normal. A cultura da vinha fará surgir espontaneamente a pequena lavoura. A pequena lavoura é uma condição de ordem e uma garantia da grande lavoura. A coexistência e a solidariedade de ambas é um dos traços mais característicos da civilização moderna. Outrora, era absolutamente impossível a existência da pequena lavoura. A divisão das classes, a radical separação entre proprietários e trabalhadores, o direito exclusivo de uns sobre a terra e a proibição a outros de qualquer forma de apropriação de bens constituíram obstáculos permanentes à desenvoltura da pequena lavoura [...] Hoje, pelo contrário, em vez da incompatibilidade, estabeleceu-se entre uma e outra a mais estreita independência. Uma reforça a outra; ambas ganham união [...] Uma vez que a vindima, precedendo de dois a três meses (fevereiro-março) a colheita do café (maio em diante) permite aos vinhateiros por seus braços à disposição dos fazendeiros, cessa a crise das colheitas, estabelece-se naturalmente o equilíbrio entre a oferta e a demanda dos salários.

A policultura, introduzida a partir da vinha, do cultivo do trigo e dos demais cereais de climas temperados, daria, assim, capacidade ao Brasil para competir com os vizinhos do Prata na atração ao imigrante. A Escola de Viticultura seria um instrumento que mostraria o Brasil no exterior como um país diferente da visão difundida quanto às moléstias endêmicas, aos males tropicais, pelos comissários uruguaios e argentinos, ao contratarem mão de obra na Europa. Era preciso mostrar a altitude dos planaltos do Brasil, como compensação aos supostos males das baixas latitudes tropicais. Em defesa de seu projeto, Godoy asseverava que a “Escola de Viticultura, leal e patrioticamente dirigida, será o foco intelectual que alimentará a torrente imigratória para São Paulo, Paraná e grande parte de Minas”.¹⁴

Vale registrar que a instituição projetada por Godoy não seria a primeira escola de estudos em agricultura no Brasil. Em 1875, no interior baiano, surgiu o pioneiro curso de Agronomia e Veterinária, na localidade de em São Bento das Lages. Pouco depois, em 1883, em Pelotas, Rio Grande do Sul, foi criado o

¹⁴ Op. cit. p. 219

segundo curso de Agronomia e Veterinária no país. Ambos foram incorporados, ao longo do século XX, às Universidades Federais da Bahia (Campus Cruz das Almas) e de Pelotas. Em 1887, seria a vez de uma terceira, em Campinas, instituição que receberia verbas do orçamento geral do Império, medida que (atualmente, denomina-se Instituto Agrônomo de Campinas, no Oeste de São Paulo), intentava atuar contra o discurso separatista do movimento que eclodiu no final do Império em São Paulo, denominado *Pátria Paulista*, já anteriormente citado. O fato do projeto de Godoy ter como centralidade o Vale do Paraíba demonstrava a força da expansão rumo ao Oeste Paulista. Deve-se observar, conforme manifestação do referido Senador, que a aristocracia do Vale do Paraíba, mostrava-se indiferente ao projeto e parecia estar mais preocupada em obter garantias do Tesouro Imperial e receber indenizações pela abolição de seus escravos.

Com o movimento militar que depôs e exilou a família imperial, em novembro de 1889, o Projeto do Rio Sapucaí, enquanto manobra política de esvaziamento das posições republicanas e separatistas de São Paulo, perderia seu significado, e a Escola de Viticultura não iria adiante. Neste contexto, o Vale do Paraíba do Sul seguiria a previsão de Godoy, ou seja, entraria em franco processo de decadência. Entretanto, é fundamental salientar, que áreas do Vale do Paraíba, ao longo do século XX, conseguiram, com maior ou menor intensidade, inserirem-se no processo de desenvolvimento industrial da região,

No caso do segmento fluminense do Vale do Paraíba do Sul, talvez, a perda da importância da agricultura e de seu território produtivo seja mais evidente que em relação a Minas e São Paulo, o que contribui para a compreensão de parte das atuais dificuldades econômicas e financeiras do Estado do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não vem aproveitando do potencial de crescimento do agronegócio no Brasil, verificado, aliás, em outros territórios produtivos no interior do país.

O agronegócio brasileiro, na atualidade, não pode ser analisado, sem o registro de que sua enorme capacidade de expansão (especialmente nos segmentos soja, milho, algodão), em regiões de antes tidas como de baixo potencial no vasto interior sertanejo, foi viabilizada justamente por investimentos em pesquisa e desenvolvimento realizados no Brasil por institutos agrônômicos, universidades e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), fundados ao longo do século XX.

O êxito econômico do agronegócio, contudo, requer a continuidade de investimentos (não apenas do Poder Público) em pesquisas, inclusive, em virtude da necessidade de avaliação e de redução de seus impactos ambientais e sociais. Ademais, políticas de articulação com os setores da indústria e dos serviços deveriam ser vistas como fundamentais, para que a economia do país não se torne excessivamente dependente da exportação de um número relativamente pequeno de produtos agrícolas considerados pelo mercado internacional como *commodities* – e por ele precificados.

Conclusão

A leitura e a análise do *Projeto de Lei Para a Criação da Província do Rio Sapucaí*, de autoria do Senador do Império, Joaquim Floriano de Godoy, mostra-se relevante para fins didáticos, quando se busca compreender aspectos do ambiente institucional e econômico que levaria ao fim do Império brasileiro. Também é um testemunho de aspectos do funcionamento do Estado brasileiro, que, aliás, parecem estar ainda presentes mesmo no século XXI, conforme:

- a necessidade de reforma nas relações fiscais e de poder, que são bastante assimétricas entre os níveis federal, estadual e municipal da administração pública;
- as relações entre os setores público e privado quando o tema é o da exploração/concessão de monopólios naturais, parcerias em infraestrutura e equipamentos e serviços públicos; e a persistente incompreensão existente entre segmentos dominantes da política e da economia brasileira, quanto às necessidades e aos compromissos de manutenção, de regularidade e de ampliação dos recursos destinados aos setores de Ciência e Tecnologia, sem os quais não haverá crescimento efetivo e desenvolvimento sustentável em nosso país.